CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACIONAL

PROCESSO CEE Nº 1026/79

INTERESSADO: COLÉGIO TÉCNICO "DUARTE DA COSTA" - CAPITAL -

ASSUNTO : CONSULTA SOBRE CALENDÁRIO ESCOLAR.

RELATOR : CONSº PAULO GOMES ROMEO

PARECER CEE Nº 0353/80-A-- CLN - APROVADO EM 12 / 03 /1980.

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO:

Em ofício dirigido ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, o Colégio Técnico "Duarte da Costa" da Capital, tendo em vista a organização que deu a seus cursos, segundo o calendário apresentado, no qual o ano letivo não acompanha o número de meses previstos para o ano civil, solicita a manifestação do Conselho sobre o seguinte:

"I - Pode o Colégio "Duarte da Costa" organizar e estruturar habilitações plenas em 3 ou 4 anos letivos nos termos do art. 22 da Lei nº 5.692/71?"

II - Os anos letivos (3 ou 4), mencionados no Art. 22 da Lei nº 5.692/71, são independentes do ano civil, nos termos do Art. 11 da Lei nº 5.692/71?

III - Sendo afirmativas as duas respostas às proposições acima, é lícito exigir-se que a requerente organize os seus cursos em obediência ao ano civil?

Enviado o processo a douta Câmara de 2º Grau, foi designado relator o ilustre Conselheiro Padre Lionel Corbeil que, estudando as questões propostas, inclusive no que diz respeito a duração de hora-aula, respondeu:

Item II - "Os anos letivos (3 ou 4), mencionados no Art, 22 da Lei nº 5.692/71, são independentes do ano civil, nos termos do Art. 11 da Lei nº 5.692/71?"

"RESPOSTA: Podem ser, segundo fundamentação estabelecida pelo Parecer CEE nº 1773/78."

Item III - "Sendo afirmativas as duas respostas às proposições acima, é lícito exigir-se que a requerente organize os seus cursos em obediência ao ano civil?"

"RESPOSTA: Não se pode negar o que a Lei, as normas do Conselho e o Regimento da Escola aprovado permitem."

"CONCLUSÃO: À vista do exposto, responde-se à consulta feita pela Diretoria do Colégio "Duarte da Costa", desta Capital, que a Escola tem amparo legal para organizar um calendário letivo independentemente do ano civil, mas que sua a-

provação só pode ser feita com muita cautela, particularmente no que se refere ao tempo suficiente para férias escolares, bem como à informação a ser dada aos alunos quanto ao tempo de espera no caso de transferência."

O Parecer foi aprovado com os votos contrários dos ilustres Conselheiros: Maria Aparecida Tamaso Garcia e José Augusto Dias.

O Conselho Pleno, por sugestão do Conselheiro José Augusto Dias, resolveu envixar o protocolado à C.L.N. com a seguinte consulta:

"Solicitamos que seja ouvida a douta C.L.N. a respeito da seguinte questão: Pode uma escola, com base no art. 11 da Lei nº 5.692/71, organizar calendário escolar de tal forma que 3 anos letivos sejam compactados em menos de 3 anos civis?"

Divergimos da orientação dada pelo ilustre relator, Consº Padre Lionel Corbeil, por entendermos que a não coincidência de anc.(semestre) letivo com ano (semestre) civil refere-se a inicio e término de cada um e não a duração (que deve ser a mesma). Quando a Lei fala de mínimo de dias letivos, está implicitamente reconhecendo a existência de dias não letivos que têm significado e valor próprios, como período de descanso e de assimilação de conhecimentos. Assim sendo, a redução drástica de férias e períodos de descanso pode ter efeitos nocivos ao aproveitamento escolar. Como fica o tempo reservado para exames? Por Lei, não pode ser período letivo. Logo, fica ainda mais curto o período de descanso?"

"Outro problema: a aprovação de tal calendário não significa, implicitamente, consagração da pedagogia mínima? Se a escola acha que pode aproveitar melhor o ano letivo, por que não estender as aulas para 200 ou 220 dias, em benefício dos alunos?"

Apreciação: As dúvidas levantadas no presente processo, no que diz respeito ao solicitado à Comissão de Legislação e Normas, refere-se à interpretação do disposto nos artigos 11 e 22, com seus respectivos parágrafos, da Lei nº 5.692/71, que transcrevemos:

"Art.11: O ano e o semestre letivos, independentes do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas."

"§ 1º - Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para, além

de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e ministrar, em caráter intensivo, disciplinas, áreas de estudo e atividades planejadas com duração semestral, bem como desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva."

"§ 2º - Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas de plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino."

"Art.22 - O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente."

"Parágrafo Único: mediante aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão admitir que no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos no mínimo, e cinco no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau."

A primeira dúvida levantada é quanto a interpretação do Art. 11, no que se refere a ano e semestre letivos e ano civil.

No Parecer CEE nº 1773/78 (Processo nº 1638/78) que trata de consulta sobre calendário escolar de 2º grau, o relator Padre Lionel Corbeil no item 2-2, a esse respeito assim se expressa:

"Parecer 1773/78 - item 2.2 - O Art. 11 da Lei nº 5.692/71 parece-nos muito claro; não deixa margem a outra interpretação além do que diz. O ano letivo tem uma duração diferente do ano civil. Aquele tem um mínimo de apenas 180 dias e seu semestre 90 dias, e pode iniciar-se em qualquer época. Portanto, uma escola, ao terminar 180 dias de trabalho escolar efetivo, excluindo o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas, pode considerar o ano letivo concluído. Assim se pronunciou este Conselho no Artigo 4º da Deliberação nº 27/71, autorizando a fazer uso de um calendário próprio que permita maior número de períodos letivos no ano civil, com aproveitamento da capacidade ociosa dos períodos de férias."

O Artigo 42 da Deliberação CEE nº 27/71, citado, estabelece:

"Art. 4º - Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus poderão organizar calendário próprio que permita maior número de períodos letivos no ano civil, eliminando a capa-

cidade ociosa dos períodos de férias, com vistas a atender à população prevista, respectivamente, nos artigos 11, 18 e 22 da Lei nS°5.692/71, destacando-se:

1 - A Carga horária mínima, prevista para o ensino de 1º grau, será de 720 horas, para o ano letivo.

2 - No ensino de 2º grau, serão exigidos, no mínimo, 2.200 e 2.900 horas para cursos de 3 ou 4 séries, respectivamente."

Portanto, diante do aprovado pelo Parecer CEE n° 1773/78, poderá haver uma diferença de duração entre o ano letivo e o ano civil.

Data venia, não podemos concordar com a existência de diferença em duração entre ano letivo e ano civil; na realidade, ambas referem-se a um período de tempo igual (Aurélio - Novo Dicionário = ano: espaço de 12 meses; ano civil: o que vai de 1 de janeiro a 31 de dezembro; semestre: espaço de seis meses seguidos), isto é,doze meses seguidos, sendo que no ano civil o início será obrigatoriamente o dia 12 de janeiro e o término a 31 de dezembro e o ano, não classificado como civil, inicia-se a qualquer dia e termina ao fim dos 12 meses seguintes.

Em nosso entender, o que o Sr. 11 diz é que o ano e o semestre letivo nao precisam coincidir com o ano civil, mas não diz e nem poderia dizer sem adulterar o significado das palavras, que os mesmos tenham menos ou mais de doze ou seis meses, respectivamente.

O art. 11 estabeleceu, isto sim, que durante o período de 12 ou 6 meses (ano ou semestre letivo),deveria haver no mínimo 180 ou 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluídos o tempo reservado as provas finais, caso estas sejam adotadas.

Vale dizer, o ano ou semestre letivo de 12 ou 6 meses, terão no mínimo, o acima indicado de trabalhos escolares efetivos, deixando o resto do tempo para as demais ocorrências como: exames finais, recuperação, férias escolares e etc, estando tal fato confirmado pelo disposto no parágrafo 1º do art.11, que denomina de período letivo os dias de trabalhos escolares efetivos, determinando que os dias restantes, para completar o ano ou semestre letivos, sejam aproveitados para os atividades que ali discrimina. O mesmo se diga com relação ao parágrafo 2º do mesmo artigo quando autoriza as férias no meio rural para o período de plantio e colheita.

Portanto, o ensino regular de 12 grau terá duração de 8 anos letivos,ou seja, 8 anos de doze meses (art.18), bem como o de 2º grau regular terá duração de três ou quatro anos de 12 meses, conforme o caso e segundo o art. 22.

No caso de ensino regular de 2º grau, o parágrafo único do Artigo 22 admite que, com a aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão autorizar, no regime de matérias por disciplina, que os alunos possam concluir em dois anos no mínimo, e cinco, no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau.

Nesses casos o que ocorre e que as disciplinas constantes do currículo serão oferecidas independentemente de seriação, obedecendo, é claro, as exigências de pré-requisitos e cargas horárias mínimas e máximas, e cada um das alunos, de acordo com a sua capacidade e possibilidades, poderá compactar ou alargar, dentro dos limites estabelecidas, o estudo que no regime seriado seria de 3 séries.

II - CONCLUSÃO

Em face do acima exposto, as indagações do Colégio Técnico "Duarte da Costa" podem ser assim respondidas:

I - Pode o Colégio "Duarte da Costa" organizar e estruturar habilitações plenas em 3 ou 4 anos letivos, nos termos do Art. 22 da Lei 5.692/71?

RESPOSTA: Sim, entendido o ano letivo com a duração de 12 meses.

II - Os anos letivos (3 ou 4) mencionados no Art. 22 da Lei 5.692/71 são independentes do ano civil, nos termos do Art. 11 da Lei 5.692/71?

RESPOSTA: Sim, são independentes quanto ao início e final, mas não quanto à duração (12 meses).

III - Sendo afirmativas as duas respostas às proposições acima, é lícito exigir-se que o requerente organize os seus cursos em obediência ao ano civil?

RESPOSTA: O ano letivo independe do ano civil, mas terá a mesma duração - 12 meses.

Se aceitas as conclusões decorrentes deste parecer, deverá, em nosso entender, ser reestudada a Deliberação CEE N° 27/71, a fim de adequá-la ao espírito da lei e ser estabelecido prazo razoável aos estabelecimentos que, obedecido o ali disposto, organizaran seus calendários escolares abrangendo maior número de períodos letivos dentro do período de 12 meses para os mesmos alunos.

São Paulo, 06 de fevereiro de 1.980.

a) CONS° PAULO GOMES ROMEO
- Relator -

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação e Normas adota como seu Parecer o voto do nobre Conselheiro Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Paulo Gomes Romeo, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Alpínolo Lopes Casali e Renato Alberto Teodoro Di Dio.

Sala das Comissões, em 27 de fevereiro de 1.980

a) CONS° RENATO ALBERTO TEODORO DI DIO
- Presidente -

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Comissão de Legislação e Normas nos termos do Voto do Relator.

Foram votos vencidos os Conselheiros Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, Lionel Corbeil e José Maria Sestílio Mattei.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente